ATA DA 177ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA ANUAL Nº 08/2026

Data: 31 de agosto de 2026

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dez minutos, realizou-se, nas dependências da Paranaguá Previdência, a 177ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Órgão Gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Município, com a presença dos conselheiros Paulo Charbub Farah, Janete Isabel Passos e Sonia Regina de Araújo, representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá; Bruno Alves Cunha de Oliveira e Leão Salomão Neto, representantes do Poder Executivo; e Thaís Andressa de Leão, representante do Poder Legislativo. Também participaram da reunião a Diretora Administrativa Luciana Martins Camargo. Dando início aos trabalhos, o Diretor Financeiro, Sidnei França dos Santos, iniciou a reunião apresentando informações relativas aos investimentos do mês de julho. No período, a carteira apresentou rentabilidade de R$ 14.167.041,82 (quatorze milhões, cento e sessenta e sete mil, quarenta e um reais e oitenta e dois centavos), e o patrimônio líquido (PL) atingiu R$ 1.177.592.756,63 (um bilhão, cento e setenta e sete milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos). Em relação à meta atuarial, no acumulado do ano já foi atingida uma rentabilidade de aproximadamente R$ 75.372.871,02 (setenta e cinco milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e dois centavos), o que representa cerca de 7,24% da meta atuarial estabelecida para o ano. Considerando que ainda faltam aproximadamente seis meses para o encerramento do exercício, foi destacado que a situação é bastante confortável para o atingimento da meta. A expectativa é de que o objetivo seja alcançado novamente neste ano. Caso isso ocorra, serão três anos consecutivos de cumprimento da meta atuarial. No mês de julho, houve uma pequena redução na meta atuarial em razão da inflação, que ficou um pouco abaixo do que vinha sendo projetado. Para julho, foi considerada uma inflação de 0,53%, sendo a meta atuarial estimada para o ano de aproximadamente 10,84%. Ressaltou-se que esse percentual ainda é uma projeção, uma vez que poderão ocorrer variações na inflação até o final do exercício. Atualmente, considerando os resultados acumulados, faltaria aproximadamente 3,59% para o atingimento da meta anual. No mês de julho, não houve movimentação relevante na carteira, além daquelas decorrentes da entrada de novos recursos. Atualmente, existem algumas limitações para a ampliação do leque de investimentos em razão das regras do Pró-Gestão e dos critérios de credenciamento. Dessa forma, os investimentos estão sendo realizados principalmente em títulos públicos e fundos relacionados a títulos públicos. As novas entradas de recursos são distribuídas entre os quatro segmentos definidos pelo Comitê de Investimentos em abril, quais sejam: fundos indexados ao IRF-M; fundos indexados ao IMA-B; fundos de prazo mais curto, como os relacionados ao IDKA; e títulos públicos prefixados. Em julho, também foi recebido o montante aproximado de R$ 269.668,90 (duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa centavos), referente ao vencimento de um título prefixado. Esse foi o único ingresso de recursos fora do fluxo normal do mês. Em relação ao mês de agosto, ocorreu uma movimentação mais relevante, a qual será apresentada no relatório referente àquele mês. Como exemplo, foi mencionado o vencimento do fundo Caixa Especial 2026, que possuía aproximadamente R$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões

de reais). Trata-se de um fundo fechado, composto integralmente por títulos públicos. A lógica é semelhante à de um título público, na qual o investidor aplica os recursos e realiza o resgate no vencimento. Foi destacado que a vantagem desse tipo de fundo é possibilitar, para aqueles que não conseguem realizar determinadas aquisições diretamente, o acesso a esses investimentos tem uma taxa de administração bastante baixa. O referido fundo havia sido adquirido em maio de 2025 e venceu em agosto deste ano. Após o vencimento, o Comitê de Investimentos reuniu-se e decidiu pela aplicação dos recursos em outro fundo da mesma categoria, com vencimento em 2030. O investimento anterior apresentava remuneração de aproximadamente 6,5% mais inflação, enquanto o novo investimento apresenta taxa de aproximadamente 8,9%, considerando as condições de mercado existentes no momento da nova aplicação. Em relação ao desempenho dos fundos de renda variável, os dez melhores resultados do mês são, em sua maioria, de fundos de ações. Foi destacado, contudo, que vários dos fundos que figuram entre os destaques do mês também estão entre os melhores desempenhos no acumulado do ano e nos últimos 12 meses, indicando consistência dos resultados ao longo do tempo, e não apenas um resultado pontual. Entre os destaques do mês, foi mencionado o fundo Guaporé Ações, com aproximadamente 10% de rentabilidade no mês e cerca de 11% no acumulado do ano. A renda variável, de maneira geral, vem enfrentando um período mais difícil no acumulado do ano, inclusive com oscilações importantes do Ibovespa. As realocações continuam sendo direcionadas principalmente para os fundos que já fazem parte da carteira. Sempre que ocorre a entrada de novos recursos, a definição de sua destinação segue as diretrizes estabelecidas anteriormente pelo Comitê de Investimentos. Isso ocorre porque, caso fosse decidido investir em um novo fundo, seria necessário realizar todo o processo de credenciamento, ainda que o fundo estivesse inserido nos segmentos permitidos para investimento. Por esse motivo, está sendo realizado trabalho com o objetivo de ampliar as possibilidades futuras de alocação. No mês anterior, foi publicado um novo edital de credenciamento, tanto para instituições quanto para fundos de investimento. Tal medida foi necessária em razão da nova resolução publicada em dezembro, que entrou em vigor em fevereiro e trouxe novas exigências para o processo de credenciamento. Consequentemente, será necessário recredenciar gestores, administradores e fundos de acordo com as novas regras. O processo já foi iniciado, e os bancos e demais instituições estão encaminhando a documentação necessária. A expectativa é de que, dentro de aproximadamente um mês, haja condições de ampliar as opções de investimentos, sempre respeitando os limites e as regras aplicáveis à carteira. Com a ampliação das possibilidades de investimento proporcionada pelo Pró-Gestão e pelos novos credenciamentos, poderão ser consideradas novas alternativas de alocação e diversificação da carteira. Sobre o Censo Previdenciário, foi informado que o processo está em andamento. A Prefeitura iniciou o período para realização on-line de 24 de agosto a 16 de outubro de 2026, bem como o período de atendimento presencial de 5 de outubro a 16 de outubro de 2026, com o objetivo de dar ênfase ao período de atendimento on-line. Na Paranaguá Previdência, optou-se por estabelecer um cronograma próprio, considerando o perfil dos aposentados e a expectativa de que uma parcela significativa deles necessite de atendimento presencial. O atendimento ocorre de forma on-line no período de 24 de agosto a 16 de outubro de 2026 e de forma presencial no período de 31 de agosto a 16 de outubro de 2026. A principal preocupação é atingir o percentual mínimo exigido de, pelo menos, 80% de participação. A Conselheira Janete Isabel dos Passos comentou sobre a divulgação e o suporte aos servidores. Embora o processo on-line facilite o procedimento para aqueles que já possuem familiaridade com ferramentas digitais, ainda existe uma parcela significativa de servidores que apresenta dificuldades para acessar os sistemas, reunir os documentos e compreender exatamente o que precisa ser apresentado. Ressaltou, ainda, que

o sindicato tem procurado divulgar as informações e orientações aos servidores. Em relação à documentação, foi explicado que os documentos exigidos são diferentes para servidores ativos, aposentados e pensionistas. Diante disso, foi ressaltada a necessidade de fortalecer a mobilização para o Censo Previdenciário, buscando assegurar a participação mínima exigida. Em relação aos fundos que se encontram em processo de resposta ao Tribunal, foi informado que, no caso do Fundo CARE 11, a situação está mais avançada. A cisão do fundo foi aprovada e, posteriormente, foi realizada uma Assembleia de Cotistas, na qual foram discutidas pautas relacionadas à possibilidade de liquidação do fundo, com a participação dos cotistas RPPS.A proposta de cisão foi apresentada pelo administrador do fundo e aprovada pela maioria dos cotistas. Importante ressaltar que a Paranaguá Previdência apresentou voto favorável à liquidação do fundo, porém manifestou-se contrariamente à proposta de cisão. No momento, aguarda-se o término do prazo para manifestação do administrador do fundo, que deverá apresentar aos cotistas o respectivo plano de liquidação. Em relação ao Fundo Osasco, entretanto, foi esclarecido que existe uma questão adicional, tendo em vista que o Tribunal vem adotando uma postura mais exigente em relação às medidas necessárias para a solução da situação. Diante disso, a Paranaguá Previdência elaborou um cronograma de ações visando à tentativa de liquidação do fundo. Foi esclarecido, ainda, que a alteração do gestor ou do administrador do fundo não constitui, neste momento, uma medida simples ou necessariamente viável. Em razão dessa dificuldade, iniciou-se o trabalho de elaboração de uma possível medida judicial. Nesse sentido, foi preparada uma minuta inicial pelo setor jurídico, que participou do acompanhamento do caso e possui conhecimento de todo o histórico da situação. A minuta encontra-se atualmente sob análise do Comitê de Investimentos. A intenção é, também, encaminhar o documento para avaliação da Procuradoria do Município, a fim de obter o suporte e a análise técnica necessários antes da adoção de qualquer medida ou decisão definitiva. Na parte de Licitações e Contratos, foram apresentados os principais processos realizados ou ainda em andamento. Entre as contratações e processos mencionados, destacam-se o fornecimento de camisetas: contratação realizada, Manutenção e reparo de calhas: contratação já encerrada, Serviço de limpeza: o processo será realizado por meio de pregão eletrônico e encontra-se atualmente em andamento, Aquisição de equipamentos de informática: processo em fase de análise e emissão de parecer, Aquisição de caixas de som e microfones: processo encontra-se em andamento, Locação de veículo: processo concluído em agosto, tendo como vencedora uma empresa de Minas Gerais. O novo veículo deverá atender às necessidades do RPPS, tendo ocorrido redução do valor em relação ao contrato anterior, que era de aproximadamente R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), Aquisição de materiais de expediente: processo que anteriormente se encontrava em fase de cotação, Manutenção de equipamentos de ar-condicionado: foi realizada pesquisa de preços com diferentes empresas, algumas empresas realizaram vistoria no local para identificar as necessidades e elaborar os respectivos orçamentos. O processo foi conduzido por dispensa, considerando o valor da contratação e a realização prévia de cotação com diferentes fornecedores. Sobre o Relatório de Controle Interno elaborado pelo setor de Controladoria, o documento foi apresentado para conhecimento do Conselho Administrativo, embora não seja obrigatória sua aprovação formal pelo órgão. O Conselheiro Paulo Charbub Farah manifestou-se no sentido de que a deliberação sobre o documento poderá ocorrer em reunião posterior. Nada mais havendo a tratar, foi determinada a lavratura da presente ata por mim, Ariana Ziesemer, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. A reunião foi encerrada às dez horas e quarenta e cinco minutos.

Paranaguá, 31 de agosto de 2026.

Conselho de Administração

_____	_____
Paulo Charbub Farah – Presidente Representante do Sindicato	Thais Andressa de Leão – Vice-Presidente Representante do Poder Legislativo
_____	_____
Bruno Alves Cunha de Oliveira Representante do Poder Executivo	Janete Isabel Passos Representante do Sindicato
_____	_____
Leão Salomão Neto Representante do Poder Executivo	Sonia Regina de Araujo Representante do Sindicato
_____	_____
Luciana Martins Camargo Diretora Administrativa	Sidnei França dos Santos Diretor Financeiro